

política



Repórter Brasília Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

FGTS no socorro financeiro

CÂMARA DOS DEPUTADOS/DIVULGAÇÃO/JC



O debate sobre o uso do FGTS voltou ao centro da política nacional, mas agora em duas frentes completamente distintas, e que ajudam a medir o tamanho da disputa sobre o papel social do fundo criado para proteger o trabalhador brasileiro. De um lado, o deputado federal gaúcho Ubiratan Sanderson (PL, foto) propõe utilizar até 100% do saldo do FGTS para renegociação de dívidas bancárias e contas em atraso. A proposta parte de uma realidade concreta: milhões de brasileiros estão sendo

sufocados por juros altos, crédito restrito e inadimplência crescente.

Patrimônio construído

O parlamentar sustenta que o trabalhador deve ter liberdade para acessar um patrimônio construído com anos de contribuição, especialmente em momentos de aperto financeiro. A ideia encontra respaldo em parte da população que vê no FGTS um dinheiro “parado”, enquanto famílias convivem com cartão de crédito, cheque especial e financiamentos impagáveis.

Educação financeira

O projeto ainda incorpora educação financeira e simplificação da renegociação, tentando evitar que o consumidor volte rapidamente ao ciclo das dívidas. Politicamente, Sanderson aposta em um discurso de autonomia do trabalhador sobre o próprio recurso.

Trabalhador sem reservas

Mas o debate está longe de ser simples. O FGTS não foi criado como conta corrente para emergências cotidianas. Sua lógica histórica é funcionar como proteção em caso de desemprego, financiamento habitacional, e amparo em momentos críticos. Liberar integralmente o saldo pode aliviar a crise imediata de milhares de famílias; mas também deixar trabalhadores sem reserva justamente quando mais precisarem dela.

Juros corroem salários e renda

Entre quitar dívidas sufocantes e manter recursos presos enquanto os juros corroem salários e renda, o projeto de Sanderson tende a ganhar apoio popular no Congresso, especialmente em um ambiente econômico marcado pelo superendividamento.

FGTS para comprar armas

No extremo oposto desse debate aparece a proposta do deputado Marcos Pollon (PL-MS), que autoriza o uso do FGTS para a compra de armas, munições e equipamentos de armazenamento. A iniciativa aprovada na Comissão de Segurança Pública provocou forte reação de parlamentares da oposição, e ampliou a discussão sobre os limites do uso do fundo. A diferença entre as duas iniciativas é significativa. Enquanto Sanderson tenta associar o FGTS à recuperação financeira das famílias e ao combate à inadimplência, a proposta de Pollon desloca completamente a finalidade social do fundo para um campo político e ideológico muito mais controverso.

Instrumento de consumo

O Congresso terá de decidir nos próximos meses até onde o FGTS pode deixar de ser uma reserva de proteção social para se transformar em instrumento de consumo, renegociação financeira ou até financiamento de políticas defendidas por grupos específicos. E essa discussão tende a revelar não apenas divergências econômicas, mas também diferentes visões sobre o papel do Estado, da proteção social e das prioridades nacionais.

Reforma tributária é

Entrevista Especial

Bolívar Cavalari
bolivarc@jcrs.com.br

O prefeito de Imbé e presidente da Famurs, Ique Vedovato (MDB), observa com preocupação os impactos da reforma tributária que está em fase de implementação em nível nacional. Uma das principais mudanças é na forma de redistribuição dos tributos aos entes federados, algo que será mais focado no consumo do que na produção, como é hoje. Na avaliação de Ique, isso vai prejudicar os municípios pequenos que se baseiam na produção.

Nesta entrevista ao **Jornal do Comércio**, o presidente da Famurs também aborda a tendência de crescimento populacional de sua região, o Litoral Norte, que ao contrário das demais localidades do Estado, vem registrando aumento demográfico nos últimos anos. Ique vincula isso a vários fatores, como as mudanças nas prioridades das pessoas, que hoje buscam mais tranquilidade para viver, bem como nos eventos recentes - pandemia e cheias de 2024 -, que levaram a população a buscar outros lugares para morar.

Jornal do Comércio - Está em fase de implementação a reforma tributária, que irá mudar a arrecadação dos municípios. Como avalia os impactos no Litoral Norte?

Ique Vedovato - A gente tem dois tipos de cidades lá. Cidades menores que produzem, que a agroindústria e a de subsistência são os ramos daquelas cidades, em geral na encosta do morro, cidades menores em população - Itati, Morrinhos do Sul, Mampituba, Dom Pedro de Alcântara, Maquiné. São cidades com população menor e que a economia é mais voltada para esse tipo (de negócio). E a gente tem as cidades mais de faixa de praia ou um pouco mais distantes, como Osório e Santo Antônio, que têm uma característica um pouco mais produtiva industrial. O restante é mercado imobiliário, serviço e comércio, atendimento às pessoas, então, quando cresce a população, cresce também comércio, serviço. A alteração da matriz tributária, com essa nova reforma, ela vai, em algum percentual da distribuição do tributo, beneficiar locais em que o cidadão consome, e não mais onde produz. Como a produção também não é tão grande,

talvez esses municípios percam um pouco de receita, mas não vai ser tão relevante quanto o incremento de receita que as outras cidades do Litoral vão ter. Porto Alegre pouco produz e consome muito, e ganha muito com isso. Não é o tributo todo, não é de uma vez só, é de maneira escalonada, são aqueles 9 ou 10 anos de implementação. Começou a vigorar a reforma agora, e a União centraliza a arrecadação dos recursos do ICMS, que agora virou o IBS, e o ISS também, e depois redistribui com base no consumo e não na produção. Para nós do Litoral não afeta, e até se afetar acredito que será de maneira positiva.

JC - E do ponto de vista da Famurs, como isso impacta municípios de outras regiões do Estado, e em especial os menores?

Ique - Agora falando em Famurs, é muito ruim para o interior do Estado, porque a nossa base de Interior é a base da produção. A gente vai pegar várias cidades que produzem muito, têm baixa população e que a economia do município é voltada para a arrecadação, que elas têm baseada na produção. Então, tem municípios, por exemplo, que pegam o recurso público e empreendem junto com empreendedores, e isso é legal. Dando incentivos, participando da instalação de empreendimentos produtivos. Se calcula assim: eu vou investir aqui e o que eu investi, em 5 anos, eu tiro em retorno do ICMS. Estes municípios não vão ter mais essa oportunidade de ter esse incremento de receita baseado na produção, portanto não vão ter mais como ajudar a empreender. Isso consequentemente lá na frente vai trazer um resultado nocivo para os municípios em que há um incremento de receita pela existência maior de população consumidora. Porque a gente consome o que o Interior produz, e

se o Interior tem dificuldade de produzir, aumenta o preço, e aí quem paga o preço é quem consome. Então fizeram uma conta que eu acho que não foi tão inteligente assim, e que não é interessante para o RS como um todo. Primeiro que 80% das cidades (gaúchas) são pequenas. Outra coisa: o RS é produtor e exportador, e quando exporta para outro estado, o imposto é pago lá, onde consome. Se vender para Santa Catarina, é Santa Catarina que vai ganhar essa parte do imposto. Então a gente produz muito mais do que consome, e a gente produz muito no Interior e, quando consome, consome no grande centro. Vai priorizar quem tem poder realmente de articulação, como São Paulo.

JC - E como acredita ser possível contornar esses desafios postos pela reforma tributária?

Ique - O Congresso votou isso (a reforma) atentando a movimentos de quem tem mais poder político. Hoje a gente tem, dentro desse sistema, um comitê gestor que é quase paritário entre os representantes de pequenas cidades - a gente conseguiu ficar com um (representante) a mais. São 27 membros e a gente tem 14 representações das cidades menores, e os grandes centros têm 13, para poder, dentro desse sistema de implementação, discutir isso. Mas vai ter que doer primeiro para depois alguém ajudar, porque foi construído desse jeito por algum motivo, por articulação. Quando encarecer tudo para todo mundo e que daí o tributo a mais que o grande centro recebeu não for suficiente para compensar, aí vai se discutir isso. A gente vai ficar na discussão e tem vários problemas históricos que se discute há um bom tempo e não tem a solução, porque às vezes não atinge a todos ou não atinge aos que tem mais poder de articulação, e eu acho que isso aí é



“A alteração da matriz vai beneficiar locais em que o cidadão consome, e não mais onde produz”